

Extensão universitária em interface com as epistemologias e práticas das psicologias indígenas: diálogos sobre conhecimento, território e cuidado na formação acadêmica da graduação e pós-graduação

University extension in interface with the epistemologies and practices of indigenous psychology: dialogues on knowledge, territory and care in undergraduate and graduate academic training

Monaliza Alcantara

Universidade Federal de Minas Gerais
monalizaasilvadealcantara@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-2787-8499>

Claudia Mayorga

Universidade Federal de Minas Gerais
claudiamayorga@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0003-1728-0726>

Anaine Anikualo Taukane

Universidade Federal de Minas Gerais
anikualo@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-2515-4671>

Deolindo Faustino da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais
sendittome02@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-4980-1945>

Erik Vinicius Sousa Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais
eferever@outlook.com
<https://orcid.org/0009-0006-0849-7332>

Adriana Santiago Oliveira (Drika Xakriabá)

Universidade Federal de Minas Gerais
drikaxakri@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-7985-9738>

Ketily Tainá dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais
ketilytaina@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-0180-2761>

RESUMO: O presente artigo reflete sobre a extensão universitária na pós-graduação, articulada à graduação e ao o campo das Psicologias Indígenas, a partir da experiência do projeto de extensão “Honrar as raízes é plantar as sementes para um novo reflorescer”, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O projeto emerge como etapa de uma pesquisa de mestrado e teve como foco a permanência, resistência e valorização das trajetórias de estudantes indígenas na universidade pública. A iniciativa foi construída de forma colaborativa, com protagonismo indígena, e utilizou

oficinas como metodologia de escuta, diálogo, acolhimento e fortalecimento coletivo. O texto discute a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ressalta o papel transformador da extensão na formação acadêmica e na produção de saberes contra-hegemônicos. A articulação com epistemologias indígenas proporcionou uma prática psicossocial contextualizada, ética e intercultural, contribuindo para uma psicologia plural e comprometida com a justiça social. A experiência revelou o potencial da extensão como espaço político de aprendizagem, escuta e valorização de saberes ancestrais, promovendo a contracolônização dos espaços acadêmicos e das práticas psicológicas.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Psicologias Indígenas; Permanência Estudantil.

ABSTRACT: This article reflects on university extension in graduate studies, articulated with undergraduate education and the field of Indigenous Psychologies, based on the experience of the extension project “Honoring the roots is planting the seeds for a new reforesting,” linked to the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The project emerged as a stage of a master’s research and focused on the permanence, resistance, and appreciation of the trajectories of Indigenous students in public universities. The initiative was built collaboratively, with Indigenous leadership, and used workshops as a methodology for listening, dialogue, care, and collective strengthening. The text discusses the inseparability of teaching, research, and extension, highlighting the transformative role of extension in academic training and in the production of counter-hegemonic knowledge. The articulation with Indigenous epistemologies fostered a contextualized, ethical, and intercultural psychosocial practice, contributing to the construction of a plural psychology committed to social justice. The experience revealed the potential of extension as a political space for learning, listening, and valuing ancestral knowledge, while promoting the decolonization of academic spaces and psychological practices.

KEYWORDS: University Extension; Indigenous Psychologies; Student Retention.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir e dialogar sobre a extensão universitária na pós-graduação articulada à graduação, destacando suas conexões com as práticas no campo das Psicologias Indígenas. A proposta emerge da experiência do projeto de extensão “Honrar as raízes é plantar as sementes para um novo reflorescer: trajetórias de permanência, movimentos de resistência e contracolônialidade de estudantes indígenas”, concebido como uma das etapas de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGpsi/UFMG). O projeto teve como foco central os processos que atravessam a experiência de estudantes indígenas na graduação em universidades públicas, buscando não apenas compreender os desafios enfrentados, mas também construir estratégias para aprimorar e fortalecer políticas de permanência estudantil. Em um cenário acadêmico ainda marcado

por desigualdades estruturais, pensar ações afirmativas que contemplem o direito à permanência e ao bem-estar desses (as) estudantes torna-se fundamental para garantir o direito à educação e fomentar políticas públicas de ensino superior, bem como ambientes mais acessíveis e plurais.

Nesse sentido, o projeto de extensão foi um dos caminhos metodológicos da pesquisa de mestrado e, ao mesmo tempo, um de seus principais resultados, uma vez que se constituiu como espaço de construção coletiva, protagonizado pelos (as) próprios (as) estudantes indígenas. Ao iniciar a inserção em campo para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo era compreender os processos de permanência estudantil indígena na UFMG, identificou-se o COLEI – Coletivo de Estudantes Indígenas¹ da UFMG enquanto ponte com os/as estudantes. Os diálogos foram iniciados especificamente com uma das estudantes, a quem a pesquisa foi apresentada, e que explicitou à mestranda a demanda pela criação de um espaço no qual os (as) estudantes indígenas pudessem apresentar, discutir e refletir sobre suas experiências na universidade. A proposta foi posteriormente apresentada aos demais membros do COLEI.

O coletivo expressou o desejo de um espaço para trocar experiências acerca de suas vivências no ambiente universitário: dificuldades, desafios e também estratégias de permanência, considerando que sentimentos de isolamento e solidão frequentemente marcam suas trajetórias na instituição. Demandaram, portanto, a constituição de um espaço de acolhimento e fortalecimento da permanência por meio de uma atividade de extensão. Como é desejável em projetos dessa natureza, aqueles (as) que inicialmente poderiam ser caracterizados (as) como “público-alvo”, tornaram-se protagonistas do próprio processo, a partir de uma interação dialógica continuada.

Os (as) participantes atuaram como extensionistas e também como coautores (as) das atividades e de produções acadêmicas, como este artigo, fortalecendo o caráter colaborativo e horizontal do projeto. A equipe extensionista foi composta por uma diversidade de sujeitos, refletindo a interdisciplinaridade da proposta: uma psicóloga negra e mestranda, uma psicóloga indígena também mestranda, três estudantes indígenas de graduação e um estudante não indígena de graduação. O grupo reunia graduandos de diferentes cursos da UFMG, como Psicologia, Ciências Sociais e Direito, e contava com a participação de homens e mulheres, ampliando as perspectivas e trocas interdisciplinares ao longo do processo.

1 O Coletivo de Estudantes Indígenas da UFMG (COLEI) foi fundado em 2021, com o objetivo de organizar os/as estudantes indígenas do Programa de Vagas Suplementares da UFMG.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: Pesquisa-intervenção/Pesquisa-extensão

Diante da demanda apresentada pelos (as) estudantes indígenas, a proposta da pesquisa de mestrado foi reconfigurada. Foi elaborado um projeto de extensão associado a ela, que passou a se caracterizar como uma pesquisa-intervenção/pesquisa-extensão. Na pesquisa-intervenção, o *fazer-com* desafia as noções tradicionais e hegemônicas de produção científica, questionando o binarismo entre sujeito-objeto e teoria-prática. Nesse sentido, a produção de conhecimento não acontece de forma separada da participa (ação), mas, ao contrário, constrói-se junto às práticas e interações que se dão no território e com as pessoas que nele estão.

Assim, compreende-se que o conhecimento deve ser tecido e organizado de maneira contínua e colaborativa durante a interação ativa com as pessoas colaboradoras e interlocutoras (Chassot; Silva, 2018). A proposta de prática interventiva-extensionista exigiu da pesquisadora uma participação ativa e reflexiva, uma vez que essa abordagem não garante antecipadamente todos os passos da pesquisa, ao contrário, o campo está sempre em movimento e se mostra dinâmico. Algumas abordagens em pesquisa frequentemente enxergam essa dinamicidade como erro ou percalço, mas, na experiência vivenciada, ser flexível e adaptar-se ao que acontece no decorrer da pesquisa-intervenção (Chassot; Silva, 2018) constitui justamente sua definição.

Assim, as atividades desenvolvidas no projeto basearam-se em uma metodologia qualitativa e participativa – a pesquisa-intervenção – tendo como principal método a realização de oficinas grupais (Afonso, 2010) com estudantes indígenas, organizadas em torno de temas pré-estabelecidos e planejados coletivamente pela equipe extensionista. Silva (2011) destaca que a construção do conhecimento em grupo, a partir de oficinas em uma pesquisa-intervenção, ocorre coletivamente, a partir das interações entre participantes e pesquisador (a). As ideias, ao serem compartilhadas, misturam-se às experiências subjetivas, filtradas por vivências emocionais, culturais e históricas, tornando as interações um processo de construção de significados coletivos. No caso das oficinas com estudantes indígenas, os debates sobre permanência e desafios ultrapassaram o âmbito acadêmico, incorporando vivências pessoais – como o distanciamento cultural da universidade e a ausência de reconhecimento de práticas e línguas tradicionais, o que gerou adaptações dolorosas. Assim, as trocas nesses encontros combinaram dimensões

intelectuais e afetivas, envolvendo resistências e construindo compreensões mais profundas sobre permanência. Para Silva (2011), os participantes representam seus contextos sociais, permitindo reconstruir, por meio da pesquisa, modelos de ação e significados coletivos, tornando as oficinas espaços interculturais e de troca transformadora.

A proposta de oficinas surgiu da necessidade de criar um ambiente ativo e colaborativo para refletir sobre a permanência na universidade. Seguindo Afonso (2010), que defende a aceitação do grupo como condição para a oficina, foram cumpridas quatro etapas: (1) compreensão da demanda; (2) pré-análise para identificar questões centrais; (3) definição de foco e enquadramento; e (4) planejamento flexível ajustado às dinâmicas. Com adesão estável, a participação média foi de oito estudantes indígenas das moradias estudantis Cerrado, Caatinga e Amazônia², majoritariamente mulheres, das etnias Bakairi, Pankararu, Pataxó e Xakriabá. No que se refere aos critérios de participação das oficinas, havia a exigência de que os (as) estudantes estivessem regularmente matriculados (as) no Programa de Vagas Suplementares da universidade. O convite à participação foi realizado por meio de diferentes estratégias, incluindo a divulgação em grupos de *WhatsApp* e no *Instagram* oficial do COLEI, bem como convites presenciais realizados nas moradias universitárias por estudantes indígenas integrantes da equipe extensionista. As oficinas foram organizadas em formato de grupo aberto, possibilitando a entrada de novos (as) participantes ao longo do processo, uma vez que, embora articuladas entre si, as atividades eram interdependentes, não havendo prejuízo para aqueles (as) que ingressassem a partir de encontros posteriores.

Ao todo, foram realizadas dez oficinas, iniciadas em 14 de junho de 2024. Os temas de cada encontro foram: 1) Encontro de Histórias – Como chegamos na universidade?; 2) Cultura e Saberes – Diálogos sobre a Identidade Indígena na Vida Universitária; 3) Conectando Redes – Relações Interpessoais na Trajetória Acadêmica; 4) Conectando Redes – Relações Interpessoais na Trajetória Acadêmica II; 5) O Retorno para o território; 6) O corpo-território e a universidade; 7) O corpo-território e a universidade II; 8) Descolonizando Afetos; 9) Conexões Além dos Muros – Interação entre Comunidade Acadêmica e Sociedade; 10) Para Onde Queremos Ir.

O acompanhamento das atividades foi documentado por meio de registros fotográficos e de diários de campo individuais da equipe extensionista, que

2 Estas são as moradias estudantis, reservadas especificamente para os/as estudantes regularmente matriculados/as no programa de vagas suplementares.

sistematizou observações acerca das dinâmicas grupais, das falas, dos temas emergentes e dos processos coletivos mobilizados nas reuniões de supervisão e planejamento. A análise dos registros ocorreu de forma qualitativa, com posterior organização dos conteúdos em eixos temáticos construídos a partir das recorrências observadas nas narrativas e interações, os quais foram discutidos coletivamente pela equipe. No que concerne aos cuidados éticos, todos (as) os (as) participantes foram informados (as) sobre os objetivos da pesquisa-intervenção e convidados (as) a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo assegurados o sigilo das identidades e o resguardo das falas compartilhadas nos encontros, em consonância com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Cada um dos encontros foi pensado como um lugar de acolhimento e troca, onde os (as) participantes puderam compartilhar suas experiências de permanência estudantil, seus desafios e suas estratégias de resistência dentro da universidade. Mais do que o acolhimento de suas falas, as reuniões se configuravam como um território de articulação e construção de redes de apoio, permitindo que os (as) estudantes indígenas se reconhecessem em suas vivências e encontrassem suporte mútuo. Além disso, o caráter coletivo do projeto foi essencial para que as atividades não fossem impostas, mas sim construídas em diálogo contínuo com as demandas dos (as) participantes. A escuta ativa e a valorização dos saberes indígenas foram princípios norteadores, possibilitando que a extensão universitária se tornasse, de fato, um espaço dialógico de produção de conhecimento e de fortalecimento de epistemologias contra-hegemônicas.

Dessa forma, o projeto pôde reafirmar o papel da extensão universitária como um caminho potente para a construção de práticas acadêmicas comprometidas com a diversidade e a justiça social. Ao integrar pesquisa, ensino e extensão, e ao reconhecer os saberes indígenas como fundamentais para a psicologia e para a universidade, a iniciativa contribui para a desconstrução de paradigmas coloniais ainda presentes na academia, abrindo caminhos para novas formas de pensar e fazer psicologia (s). Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre a extensão universitária como um componente fundamental na formação acadêmica e profissional, não apenas como um espaço de aplicação do conhecimento, mas como um território de troca, construção coletiva e engajamento social. A partir dessa perspectiva, também discutimos as múltiplas possibilidades dos fazeres da psicologia quando embasados em epistemologias indígenas, traçando possíveis contribuições para o cenário das Psicologias indígenas no Brasil, reconhecendo a importância de

práticas que dialoguem com territorialidades e modos de existência que historicamente foram marginalizados no campo da psicologia. Ao articular teoria e prática em uma perspectiva contra-hegemônica, buscamos evidenciar como a extensão universitária pode ser um poderoso instrumento de transformação e de ressignificação das relações entre a academia e as comunidades indígenas.

Ensino, pesquisa e extensão: um projeto indissociável

A extensão universitária constitui um elo entre academia e sociedade, impactando simultaneamente a formação acadêmica e o desenvolvimento comunitário. Ao extrapolar ensino e pesquisa, a universidade assume papel ativo na construção de uma sociedade mais justa. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão possui dimensões paradigmáticas, epistemológicas e político-pedagógicas vinculadas à missão universitária (Tauchen, 2009; Mayorga, 2010), o que configura a universidade como um ecossistema complexo em que essas dimensões interagem de modo simbiótico e favorecem uma leitura crítica da realidade e o compromisso com a transformação social.

Nesse contexto, a extensão atua como ponte entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais e populares. A indissociabilidade envolve tanto a complementaridade entre ensino, pesquisa e extensão quanto uma tridimensionalidade formativa em que o saber acadêmico dialoga com conhecimentos socialmente construídos (Moita; Andrade, 2009). Tal articulação possibilita processos educativos baseados na troca e na construção coletiva, fortalecendo o vínculo universidade-sociedade e a dimensão político-pedagógica do conhecimento (Mayorga, 2021; Mignolo, 2003; Tauchen, 2009).

A primeira definição formal de extensão universitária no Brasil aparece no Decreto nº 19.851/1931, que a descreve como instrumento de difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, voltado ao desenvolvimento individual e coletivo. Inspirada pela Reforma de Córdoba de 1918, referência para mudanças nas universidades latino-americanas, a extensão buscava levar o saber acadêmico para além dos muros universitários por meio de cursos, capacitações e projetos sociais (IFSC, 2023). Desde então, seus limites e possibilidades passaram a influenciar diretamente seu desenvolvimento, revelando avanços e desafios persistentes na relação entre universidade e sociedade (Miranda; Nogueira, 2012).

Um avanço notável na extensão universitária é sua institucionalização. O princípio constitucional que integra inseparavelmente o ensino, a pesquisa e a extensão é fundamental, assim como o reconhecimento das atividades extensionistas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, por exemplo, já havia indicado como diretrizes para a educação a obrigatoriedade de que 10% da carga curricular fosse destinada a atividades extensionistas (Mayorga, 2021), o que depois foi regulamentado pela resolução de 2018. Outro avanço significativo refere-se à priorização da extensão universitária em programas e investimentos do Governo Federal, com destaque para dois projetos do Ministério da Educação (MEC). O primeiro deles, o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), formalizou conceitos essenciais e iniciou o financiamento das atividades extensionistas em 1993. Embora interrompido em 1995, foi retomado em 2003 sob o nome de Programa de Extensão Universitária (PROEXT).

A UFMG adota uma abordagem própria para inserir a extensão nos currículos, preferindo o termo integralização em vez de curricularização, compreendendo-a não apenas como exigência obrigatória, mas como um processo integrado à formação acadêmica. Na instituição, essa proposta é denominada Formação em Extensão, enfatizando seu caráter formativo nos cursos de graduação. O modelo foi oficializado em resolução do CEPE de 2015 e reformulado em 2019 para adequação à resolução do CNE de 2018, que estabeleceu um mínimo de 10% de atividades extensionistas (Mayorga, 2021). Desse modo, a extensão na UFMG configura-se como uma resposta às normativas nacionais, e também como construção institucional articulada à sua própria trajetória. Assim, na UFMG, a extensão universitária possui um papel central e está intrinsecamente articulada ao ensino e à pesquisa, conforme o Estatuto da Universidade e a Constituição Federal. A coordenação geral das atividades cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), conforme deliberações do CEPE, enquanto os Centros de Extensão das unidades são responsáveis por aprovar, acompanhar, registrar e avaliar as ações em seus respectivos âmbitos (Universidade Federal de Minas Gerais, s.d.). Essas definições refletem a evolução contínua da extensão universitária como uma prática interdisciplinar comprometida com a transformação social.

Mayorga (2021) destaca a integralização da extensão como dimensão essencial da formação acadêmica e profissional, atuando tanto na produção de conhecimento quanto no desenvolvimento discente. Mesmo antes das normativas oficiais, o FORPROEX já defendia sua formalização nos cursos; entretanto, sua

adoção ocorreu de modo desigual, evidenciando a necessidade de regulamentação e inclusão explícita nos Projetos Pedagógicos. Esse movimento também vem sendo incorporado à pós-graduação, reforçando a importância de estruturar e valorizar a extensão no ensino superior.

No contexto da pós-graduação, a extensão não se limita à aplicação prática do conhecimento, mas assume um papel essencial na construção de pesquisas socialmente comprometidas, com contribuições significativas para a sociedade. A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão torna a pós-graduação um espaço importante para o desenvolvimento de conhecimentos que impactem diretamente a comunidade. Nesse sentido, atividades de extensão na pós-graduação ganham destaque com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028) publicado em 2023, uma iniciativa do governo brasileiro que visa orientar o desenvolvimento da pós-graduação no país, considerando-a um pilar fundamental para a pesquisa. O PNPG abrange diversos aspectos, incluindo responsabilidade social, extensão, políticas de ações afirmativas e diversidade. Embora a extensão esteja prevista no PNPG como parte indissociável dos cursos, é comum que, ao ingressarem nos programas, os (as) estudantes se concentrem exclusivamente em suas investigações. Esse movimento de individualização é frequente nesses ambientes, com pesquisadores (as) isolando-se em torno de seus projetos, muitas vezes limitando a relação entre eles (as), seus textos e orientadores (as).

Nesse contexto, a extensão tende a ocupar lugar secundário, já que a pesquisa costuma ser vista como finalidade central da universidade. Moita e Andrade (2009) destacam, entretanto, que sua presença na pós-graduação é necessária por envolver docentes na articulação de saberes e na formação para a pesquisa. O (a) orientador (a) exerce papel fundamental como supervisor (a), motivador (a) e avaliador (a), ajudando estudantes a compreenderem a investigação como prática ética comprometida com o bem-estar das comunidades. Quando a pesquisa se distancia da práxis, sobretudo nas ciências humanas, fragiliza-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, produzindo desconfiança social e afastamento entre o conhecimento produzido e sua aplicação. Embora amplamente debatido, esse princípio nem sempre se efetiva na formação discente, ainda frequentemente concentrada na sala de aula e pouco articulada a experiências para além da universidade.

Essa questão torna-se ainda mais relevante ao considerar as experiências de estudantes indígenas na UFMG, no âmbito de um projeto de extensão vinculado a uma pesquisa de mestrado em psicologia, voltado ao fortalecimento

da permanência acadêmica. A partir das Psicologias Indígenas, a permanência é compreendida não apenas como desafio acadêmico, mas como resistência e afirmação de saberes. Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão mostra-se fundamental para garantir formações que reconheçam trajetórias, realidades e modos próprios de existência desses (as) estudantes.

O fazer das psicologias indígenas: o ponto de partida para a extensão transformadora

Ao nos referirmos, neste texto, às Psicologias Indígenas, estamos reconhecendo a riqueza e a complexidade desse campo de saberes, que se manifesta por meio de fazeres e práticas diversas. Essas psicologias não podem ser reduzidas a uma única abordagem, pois estão enraizadas em epistemologias, tradições e modos de vida próprios de diferentes povos indígenas. Suas bases são igualmente plurais, ancoradas em conhecimentos ancestrais, na relação profunda com o território, na coletividade e na oralidade como forma fundamental de transmissão do saber, como nos ensinam Itaynara Tuxá (2022) e Glicéria Tupinambá (2023). Dessa maneira, as Psicologias Indígenas desafiam os paradigmas hegemônicos da psicologia ocidental, propondo outras formas de compreender o ser e equilibrando o bem-estar integral conforme as concepções culturais dos povos.

Ao pensarmos em uma psicologia específica para determinados grupos sociais, é essencial considerar as particularidades que cada grupo carrega. O campo da psicologia, como qualquer outro, deve refletir sobre as especificidades de cada indivíduo e coletividade, reconhecendo que, embora os desafios enfrentados possam ser diversos, as técnicas e práticas psicológicas podem ser adaptadas para atender às singularidades desses grupos. É importante lembrar que, ao longo da história da psicologia, alguns estudos acerca da população indígena no Brasil foram construídos a partir de uma perspectiva epistemologicamente eurocêntrica, o que impactou a configuração de dinâmicas sociais, reverberando e reforçando práticas preconceituosas, violentas e racistas em relação às comunidades indígenas, produzindo diversas formas de adoecimento.

Dessa forma, historicamente, a psicologia sempre teve uma aproximação com o campo dos estudos relacionados às relações étnico-raciais, contudo, durante um bom tempo essa aproximação se deu a partir de um lugar bastante problemático e precário. É importante trazer a história enquanto um ponto analítico relevante para pensarmos, inclusive, como as mudanças atuais se constroem a partir das

dinâmicas do passado (Chauí, 2008) e admitir que algumas rupturas com pensamentos hegemônicos vêm sendo construídas a partir de outras perspectivas, impulsionadas por movimentos e teorias cujas raízes nascem em diferentes territórios. Assim como as psicologias indígenas, que nesse contexto emergem como um campo de saberes plurais, fundamentados em cosmovisões, tradições e modos de vida próprios de diferentes povos indígenas. Suas bases epistemológicas não se restringem aos paradigmas ocidentais da psicologia, mas se ancoram em conhecimentos ancestrais, na relação intrínseca com a natureza e na coletividade e vida comunitária como princípios essenciais para o bem viver e o equilíbrio emocional. Dessa forma, o reconhecimento dessas especificidades torna-se indispensável para uma prática psicológica que respeite e valorize a diversidade cultural.

Esse olhar atento às particularidades dos povos indígenas está alinhado ao princípio II do Código de Ética do Psicólogo, que estabelece que o (a) profissional deve atuar para promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005). A resolução do CFP nº 18/2002 estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) no que diz respeito ao combate ao preconceito e à discriminação racial, reforçando o compromisso com uma psicologia antirracista (Conselho Federal de Psicologia, 2002). As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os), junto aos Povos Indígenas, também trazem orientações para profissionais que atuam com comunidades indígenas, destacando a importância de uma escuta sensível, do respeito às tradições e da construção de um trabalho em rede que reconheça os povos indígenas como protagonistas de suas próprias histórias. Além disso, reforça a necessidade de uma abordagem ética, evitando práticas que possam reproduzir preconceitos e invisibilizar saberes tradicionais (Crepop, 2024).

Nesse sentido, é possível perceber que, ao longo dos últimos anos, o Sistema Conselhos de Psicologia, que também vem sendo construído pelas mãos de indígenas psicólogas que dele fazem parte, tem se comprometido com a construção de uma psicologia que dialogue com os conhecimentos e práticas indígenas (Faria, 2025). Esse compromisso não apenas reforça a ética profissional, mas também amplia as possibilidades de cuidado e acolhimento de forma verdadeiramente inclusiva e respeitosa. É importante ressaltar que existem diversas etnias em todo o mundo, cada uma carregando suas particularidades. No Brasil, os povos estão distribuídos entre os estados, e a diversidade cultural de cada região é acompanhada

por tensionamentos que geram dinâmicas sociais conflituosas entre indígenas e não indígenas, que são produzidas pela colonialidade.

Tais conflitos têm raízes históricas e geram consequências que permanecem evidentes, uma vez que são recorrentes os relatos de assassinatos e perseguições a povos indígenas. A precarização do bem viver desses grupos não se relaciona exclusivamente aos conflitos ambientais e à retomada de territórios, mas também se manifesta em espaços públicos e privados. Atualmente, povos indígenas estão presentes em diversos contextos, incluindo ambientes de trabalho e instituições acadêmicas. As transformações culturais são inevitáveis e ocorrem em um contexto de ameaças à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, frequentemente de maneira violenta e predatória. Embora os locais sejam diversos, os problemas enfrentados são, em grande parte, semelhantes. Denúncias de diferentes formas de violência são constantes na atualidade, como, por exemplo, o racismo praticado pela sociedade não indígena em diversos ambientes. Essas experiências podem ter consequências severas na saúde dos povos indígenas, resultando em impactos psicossociais nas comunidades. Infelizmente, muitos povos vivenciam intensos sofrimentos psicossociais, e o suicídio acaba se tornando uma dolorosa realidade, já que, em muitos casos, é percebido como a única forma de aliviar suas angústias e desafios (Souza *et al.*, 2020).

É importante reconhecer que as culturas são moldadas ao longo do tempo. Não apenas as culturas dos (as) não indígenas passam por mudanças, mas os povos indígenas também enfrentam transformações que, em casos extremos, podem levar ao apagamento de elementos essenciais à sua identidade étnica, como a língua. Esse fenômeno é particularmente visível em povos indígenas da região nordeste do Brasil, que sofrem discriminação por não apresentarem traços físicos socialmente associados à identidade indígena. O apagamento de elementos culturais essenciais é uma forma de agressão, resultante de anos de perseguição e catequização. Diante dessa diversidade cultural, é necessário refletir sobre a forma como as ações direcionadas aos povos indígenas são implementadas, garantindo que não sejam conduzidas de maneira impositiva ou desconsiderada e que respeitem as especificidades de cada grupo. A atuação em territórios indígenas apresenta desafios ao (à) psicólogo (a), uma vez que a pluralidade cultural influencia diversos mecanismos de identificação e intervenção. Portanto, é crucial considerar a identidade de cada povo e evitar práticas de tratamento que desvalorizem seus saberes e tradições.

Nita Tuxá (2018), em sua dissertação de mestrado, afirma que a psicologia, enquanto ciência, precisa se reinventar para estabelecer um diálogo com as cosmologias dos povos indígenas, uma vez que há escassez de produções sobre o tema na literatura acadêmica. Nesse contexto, surge a questão sobre a capacidade da psicologia, historicamente influenciada por uma perspectiva eurocêntrica e embranquecida, de abarcar as experiências plurais dos povos indígenas. Essas experiências envolvem a relação com o território, o coletivo, a espiritualidade, a cultura e as tradições, as quais muitas vezes ultrapassam explicações normativas. Nesse sentido, Geni Nuñez (2018) pontua valiosas reflexões sobre como as Psicologias Indígenas contribuem ativamente para o processo de descolonização do pensamento psicológico, na medida em que, a partir de revisões críticas, trilham caminhos para repensá-lo diante das armadilhas coloniais. Isso faz com que teorias e abordagens hegemônicas, que por muitos momentos contribuíram para a formação de pensamentos e posicionamentos problemáticos em relação aos povos indígenas, sejam tensionadas.

Com base nisso, é possível refletir sobre como a práxis das Psicologias Indígenas transcende o campo técnico de atuação com povos e comunidades indígenas. Isso ocorre porque, ao estar articulado com construções epistemológicas desenvolvidas a partir do diálogo entre as teóricas indígenas da psicologia e as epistemologias dos povos, esse campo possibilita uma atuação que não se restringe apenas aos povos indígenas, como também aos não indígenas. Além disso, configura-se como um referencial teórico-metodológico relevante para o campo da psicologia enquanto ciência. As epistemologias produzidas pelos povos indígenas sustentam sistemas complexos e profundos de entendimento sobre a mente e o espírito, que muitas vezes diferem significativamente dos paradigmas ocidentais. Trata-se de uma subjetividade que se relaciona de maneira particular com o ambiente em que vivem, como aponta Nita Tuxá (2018).

Esses sistemas incluem práticas de cura tradicionais, rituais e uma cosmovisão global que integra o ser humano ao seu ambiente natural e espiritual. Essa visão das Psicologias Indígenas, que ultrapassa o campo técnico e se entrelaça com as epistemologias indígenas, é refletida em diferentes contextos e práticas. Um exemplo é trazido por Werymehe Pataxoop (2024), educadora e doutoranda em psicologia social que, em uma aula aberta da Liga de Psicologia Social Latino-Americana (LAPSOL) da UFMG, compartilhou como o cuidado com a saúde mental está intimamente ligado à espiritualidade entre os Pataxoop, constituindo um aspecto indissociável. Esse entendimento reforça a ideia de que os povos

indígenas possuem práticas e entendimentos para esse campo do conhecimento que nomeamos como psicologia, abordando a saúde de forma integral, envolvendo mente, corpo e espírito.

Essa necessidade de respeitar e compreender as especificidades dos povos indígenas também se reflete na atuação da extensão universitária, por meio do projeto “Honrar as raízes é plantar as sementes para um novo reflorestar: trajetórias de permanência, movimentos de resistência e contracolonialidade de estudantes indígenas”. Este projeto foi executado durante o ano de 2024 e surgiu a partir da interlocução entre estudantes indígenas do Programa de Vagas Suplementares³ da UFMG com a pesquisa de mestrado que estava sendo realizada no âmbito da Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) na UFMG. Seu objetivo foi dialogar sobre os processos de permanência universitária desses (as) estudantes.

Fortalecimento dos (as) estudantes indígenas para transformar a política pública de ensino superior: resultados do processo extensionista

Achados das oficinas: permanência, corpo-território e redes de apoio

As oficinas realizadas com estudantes indígenas evidenciaram que discutir ações afirmativas de acesso e permanência no ensino superior implica tensionar o formato eurocêntrico, colonial, branco, cis, masculinista e heteronormativo historicamente atribuído à universidade. Nesse sentido, os debates possibilitaram problematizar a dicotomia entre conhecimentos tradicionais e científicos, bem como os obstáculos institucionais à integração de diferentes epistemologias no espaço acadêmico. Conforme apontam Viana, Souza e Mayorga (2015), a presença de estudantes indígenas nas universidades explicita desafios significativos relacionados à separação entre saberes comunitários e conhecimentos científicos, além do risco de simplificações essencializantes dos conhecimentos indígenas,

3 O Programa de Vagas Suplementares é voltado exclusivamente para estudantes indígenas brasileiros aldeados, e o acesso se dá por meio de um vestibular específico. A iniciativa proporciona suporte acadêmico, incluindo vagas em moradia universitária, acompanhamento pedagógico e acesso a programas de assistência estudantil. O número de vagas suplementares é determinado anualmente por meio de um termo de compromisso entre a Pró-Reitoria de Graduação e os Colegiados de Cursos.

frequentemente reduzidos a dimensões fixas, como a espiritualidade, em detrimento de sua complexidade.

Ao longo dos encontros, a permanência estudantil foi compreendida não apenas como uma questão de acesso a políticas institucionais, mas como um processo atravessado por dimensões afetivas, territoriais, culturais e políticas. As (os) estudantes relataram experiências de deslocamento em relação a seus territórios de origem, dificuldades de adaptação à vida na cidade e à dinâmica universitária, bem como sentimentos ambíguos de pertencimento e não pertencimento à universidade. A expressão recorrente de que vivem “com um pé no território e um pé no mundo” (Diário de campo, 2024) sintetiza o modo como a experiência universitária é atravessada pela interculturalidade, produzindo fissuras institucionais, mas também abrindo possibilidades de diálogo e transformação das dinâmicas acadêmicas.

As discussões também evidenciaram a centralidade das redes de apoio na permanência dos (as) estudantes indígenas na universidade. O grupo se constituiu como um espaço de fortalecimento coletivo, no qual foi possível compartilhar vivências de racismo institucional, solidão acadêmica e tensões interculturais, bem como elaborar estratégias de enfrentamento e cuidado. Assim, as oficinas funcionaram como um território de construção de vínculos, reconhecimento mútuo e fortalecimento identitário, contribuindo para que os (as) estudantes se percebessem como sujeitos ativos na produção de demandas e proposições políticas no interior da universidade.

Outro eixo recorrente diz respeito à relação entre permanência estudantil e as condições de vida nos territórios indígenas. As narrativas apontaram que ameaças à integridade territorial, conflitos fundiários e processos históricos de violência contra os povos indígenas produzem efeitos diretos sobre a saúde, o bem viver e a trajetória acadêmica dos (as) estudantes. O estado de vigilância constante, a insegurança e o estresse crônico vivenciados em seus territórios repercutem na qualidade da permanência na universidade, evidenciando que a formação acadêmica não pode ser dissociada das realidades coletivas e territoriais dos povos indígenas. Nesse contexto, as Psicologias Indígenas, ao ampliarem o foco para além do indivíduo, incorporando o coletivo e o território como dimensões centrais do cuidado, mostraram-se fundamentais para a construção de práticas de acolhimento e intervenção culturalmente situadas.

Psicologias indígenas, extensão universitária e práxis política

Os resultados das oficinas também evidenciaram a natureza política da atuação a psicologia no contexto da extensão universitária. A psicologia, enquanto campo de saber e prática, nunca foi neutra, estando historicamente implicada nas disputas sociais e culturais de seu tempo (Baró, 1996; Lacerda, 2023). No âmbito do projeto, a articulação entre psicologia e epistemologias indígenas possibilitou tensionar modelos eurocêntricos de intervenção, ao mesmo tempo em que fortaleceu o protagonismo dos (as) estudantes indígenas na construção de espaços de cuidado, escuta e elaboração coletiva.

As intervenções realizadas no grupo demonstraram que as questões relacionadas à permanência estudantil não podem ser compreendidas de forma desvinculada das realidades culturais, territoriais e comunitárias dos povos indígenas. Ao dialogar com epistemologias ancestrais, as práticas inspiradas nas Psicologias Indígenas contribuíram para a construção de espaços seguros e respeitosos para a expressão das histórias e vivências dos (as) estudantes, fortalecendo identidades e desafiando a colonialidade do saber no interior da universidade. Assim, teoria e prática se articularam de modo indissociável, evidenciando a extensão universitária como um território de produção de conhecimentos contra-hegemônicos e de fortalecimento de epistemologias historicamente marginalizadas.

Produto do processo extensionista: carta-recomendação

Como produto concreto do processo de pesquisa-extensão, ao final do ciclo de oficinas, os (as) estudantes elaboraram coletivamente, de forma manuscrita, uma carta-recomendação, na qual sistematizaram demandas relacionadas às políticas institucionais de acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade. A carta constituiu-se como um desdobramento político do processo formativo e interventivo, traduzindo em linguagem institucional as experiências, tensões e proposições construídas ao longo dos encontros.

Entre as demandas apresentadas no documento, destacam-se: (a) a adoção de processos seletivos específicos para estudantes indígenas; (b) a ampliação das possibilidades de retorno aos territórios durante o percurso formativo; (c) o aumento da oferta de moradias universitárias para estudantes indígenas; (d) a presença de um corpo docente comprometido com a transformação social; e (e) a ampliação do número de estudantes indígenas nos cursos da universidade. A elaboração da carta-recomendação evidencia o potencial da extensão universitária

enquanto espaço de mediação entre experiências vividas e incidência política no interior da instituição.

Desdobramentos institucionais e alcance dos resultados

Como desdobramento institucional do processo, após a defesa da dissertação, a autora e uma representante do Coletivo de Estudantes Indígenas (COLEI) participaram de uma reunião do Colegiado Especial de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas da UFMG, na qual foram apresentadas e discutidas as demandas sistematizadas a partir da pesquisa-intervenção/pesquisa-extensão. Ainda que os efeitos dessas interlocuções institucionais não possam ser plenamente mensurados no curto prazo, o processo de diálogo instaurado evidencia a capacidade de a extensão universitária operar como dispositivo de tensionamento institucional, produzindo fissuras nas dinâmicas tradicionais de gestão acadêmica e ampliando espaços de escuta para sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, os resultados do projeto indicam que a presença e o protagonismo dos estudantes indígenas na universidade não se restringem ao acesso ao ensino superior, mas configuram-se como um processo político de transformação institucional. Ao fortalecer redes de apoio, produzir demandas coletivas e incidir sobre instâncias decisórias, o projeto contribuiu para tensionar políticas públicas de ensino superior e reafirmar a extensão universitária como um território estratégico de democratização da universidade.

Considerações finais

A experiência da extensão universitária foi fundamental não apenas para intervir e contribuir diretamente nos processos de permanência estudantil dos (as) estudantes indígenas, mas também para materializar práticas a partir das Psicologias Indígenas no campo da pós-graduação. Ao longo do processo, ficou claro que o projeto de extensão foi espaço de atenção psicossocial aos (às) estudantes, um campo onde o ensino e a pesquisa se entrelaçavam com as práticas diárias das Psicologias Indígenas e que se possibilitou um ambiente de aprendizado recíproco e transformador. O projeto se configurou como um espaço de legitimação das epistemologias indígenas, onde as cosmovisões e saberes ancestrais puderam ser ouvidos e integrados ao próprio fazer das intervenções. Essa experiência trouxe contribuições significativas, uma vez que a interação com as práticas e epistemologias indígenas ampliou a compreensão do fazer da psicologia, desafiando práticas e visões hegemônicas e convencionais do campo, permitindo que os (as) estudantes extensionistas pudessem visualizar as formas de atuação em

diversos contextos. Além disso, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades interculturais, essenciais para os (as) extensionistas. A troca de experiências com estudantes indígenas, seus saberes e suas vivências, promoveu a construção de um olhar crítico sobre a compreensão das realidades enfrentadas pelos povos indígenas. Tais trocas foram fundamentais para o conhecimento produzido na pesquisa de mestrado.

Outro aspecto importante da experiência foi a construção de práticas psicossociais contextualizadas. A prática das Psicologias Indígenas ensinou aos (às) estudantes a importância de fortalecer práticas éticas de escuta e acolhimento, com base no entendimento profundo da cultura, história e especificidades de cada povo representado ali pelos (as) estudantes. Para as extensionistas da graduação, isso significou compreender a necessidade de adaptar as intervenções a partir das demandas reais, indo além de um atendimento técnico e universal. Para os extensionistas da pós-graduação, essa experiência revelou a importância de articular o campo da pesquisa de forma transversal às práticas de extensão e ensino. Esse processo não apenas ampliou a compreensão sobre a natureza da pesquisa na universidade, mas também evidenciou como essas dimensões acadêmicas podem se complementar e se enriquecer mutuamente. Dessa maneira, a vivência extensionista permitiu uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da produção de conhecimento, ressaltando a necessidade de integrar teoria e prática em uma perspectiva mais ampla e dialógica.

A interdisciplinaridade se configurou como um ponto-chave de grande relevância no desenvolvimento do projeto. Ao ser construído em diálogo com diversas áreas das ciências humanas, que convergiram para um objetivo comum, o projeto adquiriu uma complexidade e profundidade únicas. A colaboração entre diferentes saberes e abordagens, como a psicologia, a sociologia e o direito, ampliou o entendimento sobre as questões envolvendo a experiência dos indígenas na universidade e também gerou manejos grupais bastante criativos. Essa interação permitiu que diferentes perspectivas e metodologias fossem incorporadas, criando um espaço de integração. Diante disso, o projeto se tornou um território fértil para a construção de conhecimento colaborativo, onde os saberes indígenas, as práticas acadêmicas de graduação e pós-graduação e as teorias das ciências humanas se entrelaçaram de maneira a proporcionar uma compreensão mais profunda das realidades e desafios enfrentados pelos povos indígenas no contexto da permanência estudantil.

Essa integração de diferentes campos de conhecimento também teve um impacto significativo na prática profissional dos (as) envolvidos (as). Para os (as) estudantes, a vivência de uma prática interdisciplinar os (as) desafiou a pensar além dos limites tradicionais de suas áreas de formação, desenvolvendo habilidades de análise crítica e adaptabilidade. Essa experiência possibilitou uma revisão e ampliação das próprias práticas pedagógicas e metodológicas, estimulando a reflexão sobre como as diferentes disciplinas podem contribuir para uma compreensão mais integrada e transformadora das questões sociais e culturais – com ênfase no protagonismo indígena no processo de construção das intervenções. Para os (as) estudantes não indígenas, representou uma oportunidade de reconhecer a importância da autonomia indígena e de criar diálogos sobre acesso e permanência na universidade. Essa experiência mostrou que a extensão é um campo político e de transformação social, incentivando os (as) estudantes a adotar uma postura ética, crítica e responsável em suas futuras práticas profissionais.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. M. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BRAZ, W. **Fala proferida na aula aberta da Liga de Psicologia Social Latino Americana**. Curso de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, 2024. Comunicação pessoal.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028)**. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. 2023.
- CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: Relato de uma pesquisa em Associação. In: **Psicologia & Sociedade**. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i181737>.
- CHAUÍ, M. L. B. História da psicologia: rumos e percursos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 60, n. 1, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002**. Brasília, 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) junto aos povos indígenas (2ª ed.)**. CFP. 2024.
- FARIA, L. L. **Psicologia (as) em movimentos de (trans) formação com povos indígenas: Histórico de aproximações e experiências educativas (Tese de doutorado)**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. (n.d.). **Extensão no Brasil**.

Disponível em: https://curricularizacaoadaextensao.ifsc.edu.br/oq_extensao/#?text=No%20artigo%20109%20do%20decreto,-o%20desenvolvimento%20individual%20e%20coletivo. Acesso em: 10 jul. 2024.

LACERDA, F. Psicologia política latino-americana. **Revista Psicologia Política**, v. 13, n. 28, p. 559-573, 2013.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2025.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MAYORGA, C. **Universidade cindida; universidade em conexão**: ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MAYORGA, C. Reflexões sobre a integralização da extensão nos currículos de graduação. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 9, p. 14-30, 2021.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, G. L.; NOGUEIRA, M. D. P. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 2012.

MOITA, F. M. G. da S.; ANDRADE, F. C. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, 2009.

NÚÑEZ, G. Descolonização do pensamento psicológico. **Boletim do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina**. 2022.

Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Extensão na UFMG**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2023.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/extensao-na-ufmg/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SILVA, P. R. J. **Juventude pobre e trabalho**: As experiências dos jovens que participam de programas de aprendizagem profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

SOUZA, R. S. B. de. *et al.* Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health**, v. 44, n. 1, 2020.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária**: Um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

TUPINAMBÁ, G. O território sonha. In: CARNEVALLI, F. *et al.* (Orgs.), **Antologia afro-indígena**. Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

TUXÁ, I. Territorialidade e subjetividade: Um caminho de retomada do ser. In: **Pintando a psicologia de jenipapo e urucum**: Narrativas de indígenas psicólogos (as) do Brasil (Vol. 5, Série Saberes Tradicionais). Casa Leiria, 2022.

VIEIRA, E. S. (Tuxá, Nita). **Nem injeção e nem xabori**: Reflexão sobre trabalhos de saúde mental em contextos indígenas de Roraima (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Roraima. 2018

Disponível em: <http://repositorio.ufrb.br:8080/jspui/bitstream/prefix/171/1/Nem%20inje%C3%A7%C3%A3o%20e%20nem%20xabori%3A%20reflex%C3%A3o%20sobre%20trabalhos%20de%20sa%C3%BAde%20mental%20em%20contextos%20ind%C3%ADgenas%20de%20Roraima.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

VIANA, O. L.; SOUZA, L. M.; MAYORGA, C. Trajetórias de estudantes universitários indígenas: Reflexões sobre a produção bibliográfica no Brasil. *In*: ANDRADE, C. B. de.; DINIZ, M.; FERREIRA, C. M. R. J. (Orgs.), **Juventudes e o mal-estar na contemporaneidade** (pp. 33-54). Paco Editorial, 2015.

♦ VOL. 14, 2026, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

